



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SEÇÃO A

Processo: 00380977120198172001


CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SEVERINO JOAO DO NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **15/09/2018**, resultando em invalidez permanente.

Ocorre que o autor ingressou com pedido administrativo, momento em que foi realizada análise medica documental por profissional medico capacitado e durante o procedimento foi atestada a seguinte lesão, vejamos.

PARECER DE PERICIA MEDICA

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA		 Administradora do Seguro DPVAT		
DADOS DO SINISTRO				
Número: 3190351592	Cidade: Jataúba	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: SEVERINO JOAO DO NASCIMENTO	Data do acidente: 15/09/2018	Seguradora: ARIANA SEGURADORA S/A		
PARECER				
Diagnóstico:	FRATURA DE CLAVÍCULA E ESCÁPULA TRAUMA TORÁCICO TRAUMA CRANIOENCEFÁLICO			
Descrição do exame físico:	ENCONTRA-SE COM LIMITAÇÃO DE MOBILIDADE ARTICULAR COM COMPROMETIMENTO DE ABDUÇÃO E ELEVAÇÃO DO OMBRO ESQUERDO EUPNEICO, SEM ESFORÇO DURANTE OS MOVIMENTOS RESPIRATÓRIOS			
Resultados terapêuticos:	FRATURA DE CLAVÍCULA E ESCÁPULA - LIMITAÇÃO DE MOBILIDADE ARTICULAR EM OMBRO , COM LIMITAÇÃO DE ABDUÇÃO E ROTAÇÃO INTERNA E EXTERNA TRAUMA TORÁCICO - DOR E LIMITAÇÃO DE EXPANSÃO PULMONAR TCE - CEFALÉIA			
Sequelas permanentes:	LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU MÉDIO DO OMBRO ESQUERDO			
Sequelas:	Com sequela			
Data do exame físico:	10/06/2019			
Conduta mantida:				
Observações:	VÍTIMA SEM SEQUELAS EM TRAUMA CRANIANO E TORÁCICO			
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
		Total	12,5 %	R\$ 1.687,50

BANCO DO BRASIL**COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA**

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 13/06/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: SEVERINO JOAO DO NASCIMENTO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04758

CONTA: 000000009661-4

Nr. da Autenticação: 0F6B49381E631EFC

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta invalidez do autor e assim atestou o percentual de 50% de incapacidade do ombro e 10% do tórax.

Outrossim, cumpre esclarecer que a Ré utilizou as regras da tabela inserida na Lei 11.945/09 e Sumula do 474 do STJ ao efetuar o pagamento administrativo no importe de R\$ 1.687,50(mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), não sendo crível que a lesão tenha se agravado nesse período entre o pedido administrativo e o laudo pericial judicial.

Em razão da graduação e da ausência de informação, pugna a Ré pela intimação do Perito do juízo para que preste esclarecimentos acerca do elevado percentual de invalidez atestado, uma vez que não há nos autos documentos médicos que corroborem com a graduação.

Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 26 de agosto de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE